

EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO SUSTENTÁVEL

Rachel Biderman Furriela

Advogada ambientalista; Mestre em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo (1999); Mestre em Direito Internacional, com concentração em Direito Internacional do Meio Ambiente, pela Faculdade de Direito Washington College of Law da American University, Washington, D.C. (1992); formada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1990); integrante do corpo de advogados do Instituto Socioambiental desde 1999; fundadora do Instituto Pró-Sustentabilidade.

1. Introdução

Entende-se por consumo sustentável o consumo de bens e serviços promovido com respeito aos recursos ambientais, que se dá de forma que garanta o atendimento das necessidades das presentes gerações, sem comprometer o atendimento das necessidades das futuras gerações. A promoção do consumo sustentável depende da conscientização dos indivíduos da importância de tornarem-se consumidores responsáveis. Depende ainda de um trabalho voltado para a formação de um “consumidor-cidadão”. Esse trabalho educativo é essencialmente político, pois implica a tomada de consciência do consumidor do seu papel de ator de transformação do modelo econômico em vigor em prol de um novo sistema, de uma presença mais equilibrada do ser humano na Terra. O consumidor é ator de transformação, já que tem em suas mãos o poder de exigir um padrão de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente equilibrado. Como isso é possível? Este artigo visa pincelar alguns aspectos desse processo.

O consumidor engajado pode ser visto como um novo ator social. Consciente das implicações dos seus atos de consumo, passa a compreender que está ao seu alcance exigir que as dimensões sociais, culturais e ecológicas sejam consideradas pelos setores produtivo, financeiro e comercial em seus modelos de produção, gestão, financiamento e comercialização. Essa não é uma tarefa simples, pois requer uma mudança de posturas e atitudes individuais e coletivas no cotidiano.

O desafio que se coloca é o abandono da sociedade do descarte e do consumo excessivos, a recusa do sonho americano (*american dream*¹) como sinônimo de bem-estar, de felicidade. Já pensou o que seria do planeta se os chineses adotassem o padrão de motorização norte-americano de um veículo para cada dois habitantes? A Terra certamente não resistiria.

Existe uma enorme dificuldade de compreensão de que a sociedade do consumismo gera enormes pressões sobre o meio ambiente, já que não existe produto que não contenha material oriundo da natureza, portanto a produção depende da exploração dos recursos ambientais, e não há descarte de rejeitos que não volte à Terra. Enfim, o que se propõe é uma mudança de paradigma, de busca de equilíbrio nas relações de produção e consumo para todos.

Fica evidente, quando se estuda a questão do consumo sustentável, que existe uma grande desigualdade no poder de consumo ao se comparar diferentes segmentos de uma socie-

1. Sonho de propriedade de uma casa grande, carros suntuosos, produtos de alta tecnologia, constantemente sujeitos à obsolescência e troca, escravidão da moda, do *status*, da imagem vendida pela mídia.

dade e, ainda, diferentes sociedades. Muitas sociedades não atingiram padrões de consumo condizentes com a manutenção das condições mínimas de dignidade humana, como ocorre em muitas regiões da África, da Ásia, da América Latina e do próprio Brasil, onde sequer a alimentação básica está garantida para milhões de famílias. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), 20% daqueles com maior renda no mundo são responsáveis por 86% dos gastos totais com consumo de bens, enquanto os 20% mais pobres têm acesso a apenas 1,3% dos bens de consumo. É preciso que se encontre um equilíbrio na distribuição dos frutos do progresso material, científico e tecnológico entre os povos do mundo.

Ao se tratar do consumo sustentável, cabe a ressalva de que se propugna uma alteração do padrão de consumo insustentável dos mais ricos e a adequação dos padrões de consumo dos mais pobres a patamares mínimos de dignidade social. Ou seja, busca-se a implantação dos conceitos de equidade e justiça social.

2. Educação para o consumo sustentável

As iniciativas educacionais para o consumo sustentável podem se realizar no âmbito de todas as disciplinas dos currículos do Ensino Fundamental e Médio, bem como no nível superior, e de iniciativas informais. Como tema transversal do ensino, o meio ambiente engloba a questão do consumo sustentável, que deve ser abordada de forma holística, por se tratar de uma postura de cidadania.

A formação de um consumidor-cidadão implica necessariamente uma nova postura diante do ato de consumir e depende da produção de mais conhecimento sobre o tema do consumo sustentável, relativamente pouco sistematizado no Brasil e no exterior. Depende também de campanhas por parte da sociedade organizada, que deve exigir padrões de produção que respeitem a natureza e a saúde humana. A grande mídia também deve aderir à causa. Esse é um tema que acompanha as discussões relativas ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e nasceu principalmente como uma demanda do movimento ambientalista, que passou a questionar o modelo de desenvolvimento econômico atual, altamente baseado na exploração irracional dos recursos naturais.

3. Principais temas de educação para o consumo sustentável

Algumas sugestões de abordagem de ensino para o consumo sustentável podem derivar da análise dos principais problemas ambientais relacionados a padrões de consumo insustentáveis. Algumas abordagens são sugeridas a seguir, a partir de alguns problemas elencados.

Poluição do ar

Dois poluentes relacionados à queima de combustíveis fósseis, o ozônio e o material particulado, causam grandes riscos à saúde humana. Há estimativas da Califórnia de que 3 mil mortes no Estado são causadas anualmente por inalação de material particulado e cerca de 60 mil a 200 mil casos de infecções respiratórias são causadas por inalação de material particulado e ozônio. Os poluentes atmosféricos não afetam apenas as pessoas das grandes cidades. São levados pela ação do clima a outras regiões e depositam-se sobre o solo e a água, causando acidez nos mesmos. Esse problema só pode ser contornado mediante a

imposição de medidas drásticas pelos governos, que devem ser planejadas com a sociedade, visando à diminuição da emissão de poluentes atmosféricos. Na Região Metropolitana de São Paulo, entre os anos de 1995 e 1998 foi realizada a Operação Rodízio,² que visava diminuir os níveis de emissão de poluentes originários da queima de combustíveis dos automóveis.

Essa operação de iniciativa governamental permitiu a redução da emissão dos poluentes e obteve sucesso graças à adesão dos cidadãos motorizados, que podemos apelidar também de “consumidores-cidadãos”. Apesar do sucesso em termos de redução de poluentes e de opinião pública, o governo do estado, por motivos políticos, engavetou a iniciativa, que não gerava votos nas urnas.

Foi noticiado recentemente na imprensa que a Ford vai construir caminhões ecologicamente corretos. A montadora Ford ganhou um contrato do Serviço Postal dos Estados Unidos para construir pelo menos 500 caminhões de entrega movidos a energia elétrica, num esforço de desenvolver uma frota ecologicamente correta. A expectativa anunciada pela imprensa é de que o Serviço Postal compre pelo menos 4,5 mil caminhões, podendo este número chegar a 6 mil. O custo estimado de cada veículo é de aproximadamente US\$ 39.000 (*Financial Times*, 1999). A tendência de produção de veículos movidos a energia elétrica vem se firmando nos Estados Unidos (Califórnia), Europa e Japão. Alguns países (EUA e Japão) já aprovaram leis obrigando que uma porcentagem dos carros que saem das montadoras de veículos seja não-polvente.

A conscientização do consumidor, por meio de iniciativas educativas, pode incluir o questionamento de posturas relativas aos seus atos de consumo e implicações sobre a qualidade do ar. Um consumidor consciente pode promover algumas medidas para minimizar a poluição do ar, optando por hábitos como:

- escolher um local de moradia que minimize sua necessidade de transporte para consecução de atividades diárias;
- pensar duas vezes antes de comprar o primeiro e o segundo carro;
- optar por um veículo que seja menos poluente (ou até gere emissões zero ou próximas de zero, como algumas opções que estão surgindo nos Estados Unidos ou na Europa, movidos a hidrogênio ou eletricidade);
- estabelecer metas concretas de redução de viagens;
- sempre que possível, optar por caminhar, andar de bicicleta ou utilizar transporte público ou táxi;
- mobilizar-se e exigir das autoridades a construção de sistemas de transporte público compatíveis com suas necessidades.

Mudança do clima no planeta

Há evidência e consenso científico de que o planeta teve sua temperatura elevada nos últimos cem anos. Esse fenômeno foi batizado de “efeito estufa”. A temperatura mais elevada causa uma série de impactos ambientais, como o degelo de calotas polares, que causa o aumento do nível dos oceanos (que podem impactar zonas costeiras). O aumento da temperatura pode ainda alterar os *habitats* naturais, causando impactos sobre os ecossistemas e a

2. O programa obrigava à não-circulação de 20% da frota de veículos em alguns municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

cadeia da vida nesses locais. Outros impactos são o aumento dos níveis de pluviosidade em alguns pontos do planeta e a incidência de maior seca em outros. O consumidor-cidadão preocupado em conter esse problema pode atuar em várias frentes.

Alguns questionamentos que podem ser abordados em sala de aula ou em iniciativas educativas na formação do consumidor:

- evitar o consumo de combustíveis fósseis em demasia, ou seja, utilizar o transporte individual apenas para o estritamente necessário, buscando alternativas de transporte como carona, transporte público, andar a pé;
- procurar alternativas energéticas que não causem a emissão de gases efeito estufa, como a instalação de painéis solares para geração de energia;
- as indústrias podem construir geradores de energia utilizando fontes alternativas como: água, vento, álcool, Sol;
- minimizar o consumo de energia elétrica (principalmente nos países em que a matriz de geração de energia é baseada na queima de combustíveis fósseis, como petróleo ou carvão);
- promover campanhas de coleta seletiva no local de trabalho, recreio e em casa. A redução do volume dos lixões pode implicar a redução da formação do metano, gás de efeito estufa.

Alteração de *habitats*

Os seres humanos historicamente têm exercido enorme pressão sobre a natureza, explorando os bens ambientais de forma avassaladora e irracional para a produção de seu bens de consumo. A consequência disso tem sido a destruição e a alteração de *habitats* naturais. Dentre as principais atividades destruidoras de *habitats*, destacam-se exploração de madeira, mineração, agricultura, pesca marinha, alteração e canalização de cursos hídricos, expansão de malhas urbanas. Isso tem acarretado o declínio de populações da fauna e da flora e o desequilíbrio de inúmeros ecossistemas.

Algumas ações têm sido implementadas principalmente por governos e organizações não-governamentais para reverter, ou ao menos minimizar, os danos causados pela ação antrópica sobre a natureza. Essas ações visam conservar *habitats* naturais ou recuperar áreas degradadas. Isso beneficia não só a fauna e a flora, mas os seres humanos também, que dependem do equilíbrio da vida no planeta para sua própria sobrevivência.

Dentre as ações que podem ser implementadas pelo cidadão, por empresas ou governos para reverter esse quadro, sugerimos algumas:

- procurar envolver-se como voluntário ou profissionalmente com programas de governo ou de organizações não-governamentais de proteção e conservação da biodiversidade;
- promover técnicas de agricultura, mineração e utilização de recursos naturais que sejam menos impactantes sobre o meio ambiente;
- estabelecer nas propriedades rurais grandes áreas de reflorestamento e conservação da natureza, o que pode beneficiar a propriedade pela melhoria da qualidade do solo, pela geração de água, de um microclima agradável, e beneficiar a sociedade como um todo pelo aumento da área vegetada e preservada, o que repercute sobre vários aspectos da vida;

- criação por parte dos governos de unidades de conservação públicas (áreas de proteção ambiental);
- transformar propriedades privadas em áreas de preservação permanente (ex.: por meio da criação de um parque particular, que no Brasil recebe o nome de “Reserva Particular do Patrimônio Natural”, mediante consulta ao Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis);
- evitar consumir bens que resultaram de exploração inadequada da natureza, o que pode ser verificado pelos diferentes métodos de certificação ambiental (ex.: evitar objetos provenientes de animais ameaçados de extinção, do corte de madeira ilegal ou sem manejo florestal adequado, alimentos produzidos com uso intensivo de agrotóxico, etc.).

Poluição das águas

Diversas são as fontes de poluição que contaminam os recursos hídricos. Os efluentes resultantes de atividades agrícolas, industriais e comerciais, bem como os dejetos gerados pelos seres humanos, têm sido lançados historicamente na vala comum dos rios. Apesar de as leis ambientais de controle da poluição das águas terem evoluído ao longo dos tempos, isso não impediu o lançamento constante de enormes volumes de rejeitos industriais, agrícolas e domiciliares nos cursos hídricos, que tiveram sua qualidade de água comprometida e seus usos limitados.

A água é um recurso fundamental para a subsistência de todas as formas de vida no planeta. Esse recurso indispensável vem sofrendo grande pressão em várias partes do mundo, que deverá aumentar em função do crescimento da população e do aumento da produção agrícola e industrial. São grandes os desafios para o gerenciamento do recurso “água”, que envolve a solução de problemas como a escassez, a degradação da sua qualidade e a alocação adequada do seu uso.

Os recursos hídricos estão distribuídos de forma desigual pelo planeta, alguns países os têm em abundância, outros são sujeitos à escassez. É assustador imaginar, segundo dados da ONU, que a metade dos 12.500 quilômetros cúbicos de água doce disponíveis no planeta já estão sendo utilizados, considerando-se que a população mundial deverá dobrar nos próximos 50 anos e que na década de 1990 o nível de consumo da água cresceu duas vezes mais que o nível de crescimento da própria população. Segundo estudo recente da ONU, intitulado *Comprehensive Assessment of the Freshwater Resources of the World* (Análise dos Recursos de Água Doce do Mundo), de 1997, cerca de 460 milhões de pessoas, mais de 8% da população mundial, vivem em países com séria falta de água. Outra quarta parte da população mundial vive em regiões que deverão sofrer futuramente séria falta desse recurso (Hunter, 1998).

Atualmente, cerca de um quinto da população mundial não tem acesso à água em condições de potabilidade, e um terço da população mundial não tem acesso a saneamento básico. A Organização Mundial de Saúde estima que mais de 5 milhões de pessoas morrem por ano por doenças relacionadas ao consumo de água não-potável e à falta de acesso a saneamento básico e condições de higiene adequadas. Esses números incluem 3 milhões de crianças que morrem de doenças diarreicas, transmissíveis pela água (Watson, 1998).

O acesso à água doce é um dos problemas ambientais, econômicos e de saúde mais graves que afetam os países em desenvolvimento. A falta de água e sua poluição causam problemas graves de saúde pública, limitam o desenvolvimento econômico e agrícola e prejudicam os ecossistemas. A manutenção de estoques de água potável para consumo humano (na agricultura, nas casas e na indústria) e para o equilíbrio dos ecossistemas é um desafio crescente para muitas sociedades. A alocação dos recursos hídricos para esses diferentes usos também se tem tornado bastante complexa. Algumas estimativas demonstram que no ano 2025, quando a população mundial provavelmente terá atingido a cifra de 8 bilhões de pessoas, toda a água acessível no mundo para consumo será necessária para atender às necessidades de produção agrícola, uso doméstico e industrial e para o atendimento das necessidades dos ecossistemas (Watson, 1998).

O primeiro grande desafio que se coloca para a humanidade é a tomada de consciência de que não existe um suprimento inesgotável de água potável no planeta. Algumas medidas devem ser promovidas para garantir o suprimento de água em quantidade e padrões aceitáveis. O grande desafio da atualidade reside em reduzir o nível de degradação da água por meio de medidas como conservação, melhoria do saneamento básico, redução da utilização de pesticidas, produção industrial mais limpa e gerenciamento do consumo.

Algumas medidas citadas pela organização não-governamental Consumers International³ sobre esse tema que podem ser promovidas pelos consumidores de água:

- instalar válvulas hídricas amplamente comercializadas no mercado nas casas e nos locais de trabalho que permitem a economia de água nas torneiras, nos chuveiros e nas descargas;
- promover campanhas para a conscientização sobre o valor econômico e social da água, estímulo ao seu uso racional e proteção de sua qualidade;
- fazer campanhas para aprovação de leis de proteção dos recursos hídricos visando à garantia de sua qualidade e quantidade, inclusive por meio do estabelecimento de valor econômico para o bem “água” e de sua cobrança;
- buscar fontes alternativas de água (ex.: dessalinização da água do mar);
- desenvolver novas técnicas de economia de água para utilização na produção agrícola.

Algumas outras medidas pertinentes, principalmente no caso do Brasil, onde prevalece o equivocado conceito de que temos água em abundância:

- evitar hábitos de lavagem de calçadas, quintais e carros em demasia;
- deixar a torneira fechada ao escovar os dentes, tomar banho, lavar louça, fazer faxina, lavar roupa quando não houver necessidade de deixar a água correndo.

4. Conclusões

As ações para se alcançar o consumo sustentável devem ser promovidas no nível micro e macro, ou seja, desde o lar ou local de trabalho ou estudo até as empresas e instâncias públicas, nacionais e internacionais. Os bens e serviços disponíveis no mercado devem se tornar “mais limpos” e eficientes, mas o padrão de consumo deve ser monitorado e contro-

3. Site: <http://www.consumersinternational.org>.

lado constantemente, para evitar um aquecimento do consumo, mesmo que de bens ecologicamente adequados. Para alcançar esses resultados, o ponto de partida é a conscientização, a sensibilização a respeito da magnitude do problema da degradação dos recursos ambientais do planeta e suas conseqüências sobre a saúde e o modo de vida humanos. Essa sensibilização depende de iniciativas na área da educação.

O grande desafio que se coloca para os cidadãos, as empresas e os governos é buscar implementar um conjunto de medidas, diretrizes, propostas, projetos, enfim, ações no sentido de promover o consumo e a produção sustentáveis. Isso só vai se tornar possível pelo incremento das iniciativas educacionais no campo do desenvolvimento sustentável. Além dessas iniciativas educativas, deve-se buscar integrar uma série de instrumentos para se alcançar os fins últimos do consumo sustentável. Medidas complementares de ordem cultural, política, jurídica, econômica, científica, artística, institucional, dentre outras, devem ser amplamente promovidas e divulgadas a fim de consolidar no Brasil a consciência e a prática da produção e do consumo sustentáveis.

Endereços, *links* na Internet e fontes de consulta

Em português

a) Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) – Site: <http://www.idec.org.br/>

b) Associação de Agricultura Orgânica (AAO)

Endereço: Av. Fonseca Matarazzo, 455

CEP: 05001-900

Cidade: São Paulo

Estado: SP

Telefone: (011) 263-8013

Fax: (011) 263-8013

Correio eletrônico: organica@uol.com.br

c) CEMPRES – Compromisso Empresarial para a Reciclagem

<http://www.brahma.com.br/reciclag/recicl96/compres.htm>

d) Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal

<http://www.mma.gov.br>

e) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

<http://www.ibama.gov.br>

Em inglês

a) Movimento “Alternatives for Simple Living” (Alternativas para viver com simplicidade)

Endereço: 5312 Morningside Ave, PO BOX 2857, Sioux City, IA, 51106-0857, Estados Unidos

Site: www.SimpleLiving.org

e-mail: Alternatives@SimpleLiving.org

b) The Center for a New American Dream
Endereço: 6930 Carroll Ave, Suite 900, Takoma Park, Maryland, EUA, 20912
Fone: 1 - 301 - 8913683
Fax: 1 - 301 - 8913684
<http://www.newdream.org/>

c) Food First
<http://www.foodfirst.org>

d) Consumers International
Programa de Meio Ambiente:
<http://www.consumersinternational.org/campaigns/index.html#environment>

e) Greenpeace Internacional
<http://www.greenpeace.org/>

f) Organização das Nações Unidas (ONU) – Programa de Desenvolvimento Sustentável/Padrões de produção e consumo
<http://www.un.org/esa/sustdev/conprod.htm>

Bibliografia

- BROWER, Michael and LEON, Warren. *The Consumer's Guide to Effective Environmental Choices – Practical Advice from the Union of Concerned Scientists*. New York: Three Rivers Press, 1999.
- CATLING, Linda and HOLLENDER, Jeffrey. *How to make the world a better place - 116 ways you can make a difference*. London/New York: W.W. Norton and Company, 1995.
- CHRISTENSEN, Karen. *Home Ecology – Simple and Practical Ways to Green Your Home*. Colorado: Fulcrum Publishing, 1989.
- ELDMANN, Fabio (org.). Série Entendendo o Meio Ambiente. Volume I – *Tratados e organizações ambientais em matéria de meio ambiente*. Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo (SMA), 1997.
- _____. *Consumo sustentável*. Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo (SMA), 1998.
- FINANCIAL TIMES. Ford vai construir caminhões ecologicamente corretos. Quinta-feira, 23 de novembro de 1999.
- HUNTER, D., SALZMAN, J. and ZAELKE, D. *International Environmental Law and Policy*. University Casebook Series. New York: Foundation Press, 1998, p. 802-854.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Consórcio Parceria 21. *Cidades sustentáveis – subsídios à elaboração da Agenda 21 Brasileira*. Brasília, 2000a.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Consórcio Museu Emílio Goeldi. *Agricultura sustentável – subsídios à elaboração da Agenda 21 Brasileira*. Brasília, 2000b.

MURAKAWA, Fabio. Usina São Francisco, de Sertãozinho, conquista 57% do mercado mundial do produto sem agrotóxico. Cana orgânica ganha espaço em SP. *Agrofolha – Folha de S. Paulo*, 4 de janeiro de 2000.

Site CEMPRE: <http://www.brahma.com.br/reciclag/recicl96/cempre.htm>

Site: www.uol.com.br/ambienteglobal/consumidor_pesquisa2.htm , 2000

Site: www.ecosnet.com.br

Site – The Center for a New American Dream: www.newdream.org

WATSON, Robert T. *et al. Protecting our Planet, Securing Our Future: Linkages among global environmental issues and huma needs*, publicação do PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Banco Mundial/Nasa, novembro de 1998.